

NOTAS SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA NA ATUALIDADE

Arine Monteiro Petersen¹

INTRODUÇÃO

Três são as principais análises da especificidade do capitalismo da América Latina, que levam em consideração a formação histórica desenvolvida por estes países para explicar o processo de acumulação do capital.

De forma genuína, este debate deixa de lado as análises eurocêntricas até então realizadas para explicar o desenvolvimento da economia latino americana. Portanto, a reflexão agora é realizada por latino americanos e para latino americanos, demonstrando o grande avanço para a crítica das análises do nosso continente. Destacamos neste debate a visão dos cepalinos, a contribuição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini.

Apresentaremos de forma breve a ideia central de cada uma dessas análises e tentaremos explicar e ratificar a preponderância da análise de Ruy Mauro Marini sobre as demais.

Tal análise é de extrema importância para a compreensão da enorme desigualdade e concentração de renda dos países da América Latina, em especial o caso brasileiro. E ainda que alguns autores considerem que esta teoria se encontra em desuso, mais que nunca a superexploração e o subimperialismo estão presentes na nossa realidade.

Assim, o objetivo deste artigo é de realizar uma leitura sobre a teoria da dependência e tentar demonstrar a sua vigência no processo atual de acumulação do capital.

¹ Assistente Social, Mestranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. Bolsista pela CAPES.
E-mail: arinemp@gmail.com.

DESENVOLVIMENTO

No debate acerca do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, é importante ressaltar a contribuição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que se inicia em 1950 com a teoria do desenvolvimento e que tem em seus principais teóricos : Raúl Prebisch, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Anibal Pinto dentre outros. É importante ressaltar que a Cepal nasce por volta de 1940, no mesmo período que as organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial com objetivo de alavancar a atrasada economia latino americana.

A análise dos cepalinos

a periferia levava uma desvantagem considerável com relação ao centro, nas relações econômicas internacionais, devido a deterioração dos termos de troca de seus produtos. Isso significa que os preços dos produtos da periferia eram sempre menos vantajosos em relação aos preços dos produtos do centro. (STEDILE; TRASPADINI, 2011, p.22, 23).

Este é o elemento central que caracteriza a disparidade econômica entre os países do centro e a periferia. Para mudar tal posição era necessário que a industrialização ocorresse com a participação do Estado e que os ganhos produzidos fossem transformados em salário real para que a classe trabalhadora tivesse poder de consumo.

Além disso, incentivaria a poupança dos trabalhadores que serviria como um substituto para o capital estrangeiro, já que as forças do mercado não são suficientes para o desenvolvimento do país. O Estado, assim, possui um importante papel, já que seria o agente fundamental para alavancar o processo de industrialização através das forças internas.

È importante ressaltar que nesta análise não se pretende de forma alguma romper com as estruturas do capitalismo, na verdade o que estes autores acreditam é que investindo na industrialização de novos produtos, os países da América Latina tenham condições de competir através de um amplo mercado interno mais consumista.

Esta concepção teve muita força no Brasil no período de João Goulart, momento este que teve como Ministro do Planejamento o grande responsável pelo receituário das ideias cepalinas Celso Furtado.

Não pode se dizer se houve sucesso nas suas ações, uma vez que não foi possível ratificar as ideias cepalinas, por não haver um Estado que conjugasse uma política de bem estar social com reformas na base da economia. No entanto, por prever “reparos” e não romper com o

capitalismo preservaria o desequilíbrio nas trocas entre os países centrais e periféricos (CARCANHOLO, 2008).

A outra análise realizada, principalmente pelo Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra, como crítica ao fracasso do desenvolvimentismo da CEPAL acerca da condição dos países “subdesenvolvidos” se traduz no fato de não se discutir o somente sistema produtivo, mas sim de caracterizar que o avanço, a modernização da economia seria possível através da condição interna das classes, ou seja, “a estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade” (CARDOSO; FALETO, 1970, p.503).

Para estes autores é preciso também aproveitar as condições externa, as chamadas “janelas da oportunidade” combinada com uma estrutura interna favorável para o desenvolvimento do país. Assim, o que se torna central nesta análise não é o aspecto econômico e sim o processo social que se expressa como processo político

pois é através do processo político que uma classe ou um grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos (CARDOSO; FALETO, 1970, p. 504, 505).

“No entanto, essa situação não é automática e pode não acontecer, já que são resultados que dependem da “possibilidade” de estagnação e de heteronomia” (p. CARDOSO; FALETO, 1970, p.519). Assim, a relação de dependência vai ser aprofundar ou distanciar através do conjunto das relações internas e externas que se desenvolvem e do grau de alianças que seria possível construir.

Enquanto presidente FHC abriu a economia brasileira ao capital internacional e de forma conservadora adotou medidas que aumentou a desigualdade no país atrelando os interesses do país ao capital estrangeiro.

E a outra análise referente a condição da América Latina no cenário internacional é a do autor Ruy Mauro Marini que junto com Augusto Cueva, Teotonio dos Santos e mais recentemente Marcelo Carcanholo analisam, a partir da teoria marxista, a relação desigual existente entre os países do centro e o controle que exercem sobre os países da América Latina.

È importante demarcar que estes autores partem da premissa que a condição de colonialismo não é igual à situação de dependência, embora se verifique que no Brasil esta situação foi um continuum. Além disso, enquanto colônia foi responsável pela formação da economia dos países centrais, já que exportava o ouro para Portugal e este repassava para a Inglaterra, que neste período, sec XVIII estava no auge da Revolução Industrial (MARINI, 2011).

Assim,

de um ponto de vista histórico, pode-se afirmar que, do período pré-capitalista até a consolidação inicial do modo de produção capitalista, os países desenvolvidos extraíam o excedente produzido na periferia através da expropriação, dentro da acumulação primitiva do capital (CARANHOLO, 2009, p. 255).

Ou seja, a América Latina já” nasce” enquanto integrada e indissociável da lógica do capitalismo, mesmo que este capitalismo ainda estivesse na sua forma embrionária, com uma função determinada de contribuir com o desenvolvimento dos países centrais.

E, com a independência dos países a situação de dependência se consolida, sem qualquer alternativa para uma condição diferente. A América Latina cumpre, portanto, um papel funcional para a expansão do capitalismo em escala global, através de uma “conformação desigual” (STEDILE, TRASPADINI, 2011, p.33) “de satisfazer o mercado externo e ajustar as perdas ocorridas neste”.

Para analisar esta especificidade da América Latina, a teoria da dependência parte de 3 (três) pilares: superexploração; dependência e subimperialismo. A partir destas categorias é possível entender como o desenvolvimento e subdesenvolvimento são integrados e indissociáveis no processo de acumulação de capital e a superexploração é indispensável para que ocorra tal processo.

Segundo Marini (2011), a superexploração do trabalho está ligada tanto ao aumento da produtividade do trabalho, quanto a sua maior exploração, através da geração de mais valia relativa. Isto combinado a um salário que não permite ao trabalhador satisfazer suas necessidades mínimas e se reproduzir caracterizaria a especificidade da condição da classe trabalhadora da América Latina.

O autor explica a diferença entre mais valia relativa e produtividade

de fato, se bem constitui a condição por excelência de mais valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não garante por si mesmo um aumento da mais valia relativa. Ao aumentar a produtividade, o trabalho só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente este fato que o leva ao capitalista

individual a procurar o aumento da produtividade, já que isso lhe permite rebaixar o valor individual de sua mercadoria (MARINI, 2011,p. 138, 139).

O aumento da produtividade apenas geraria mais valia relativa “quando a elevação da produtividade atingisse o setor que produz bens salário, implicando a desvalorização da força de trabalho e o aumento do trabalho excedente” (MARTINS, 2009, p. 192).

Além disso, Martins explica que a “superexploração do trabalho se estabelece a partir do desenvolvimento da produtividade do trabalho naquelas empresas [...] que sofrem depreciação do valor de suas mercadorias, em razão da introdução [...] do progresso técnico[...]” (2009, p. 197).

Ou seja, com a introdução de novas tecnologias, depreciasse a massa de valor e conseqüentemente de mais valia produzida e impulsiona a queda do valor da força de trabalho para compensar e equilibrar as taxas de mais valia e também a de lucro (MARTINS, 2011).

É esta a condição que determina a dependência

quando a maior parte do aumento da produtividade de seus capitais decorre de inovações tecnológicas produzidas pela acumulação capitalista de outros centros, ou quando, na ausência de dinamismo tecnológico interno, suas mercadorias sofrem depreciação oriunda da concorrência estabelecida por inovações introduzidas em outros polos (MARTINS, p. 2011, 198).

Aliado a isso, o ciclo do capital não se desenvolve por completo nos países periféricos, na verdade há a separação entre a produção das mercadorias e a circulação, sendo este último realizado nos países centrais. O impacto disso é a grande remessa de capital para os países estrangeiros, através dos diferentes mecanismos tais como: juros, patentes, royalties, fretes, derivando na significativa expropriação dos capitais aqui produzidos.

Portanto, a superexploração apresentado por Marini não significa uma maior exploração, na verdade é uma “forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho” (OSORIO,2011 p. 179), e isso ocorre tanto pela intensificação da jornada de trabalho, como pela apropriação do salário. Conforme afirma Marini, além do fato de ser obrigado a trabalhar numa circunstância superior ao necessário, é também “por que retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (p. 149, 2011).

E, para então explicar a condição de dependência dos países periféricos somente por ser entendida através da superexploração, na qual demonstra o

desenvolvimento desigual entre os apropriadores privados mundiais do capital, que atuam de maneira combinada para garantir a permanência do seu modo de acumulação, e os trabalhadores explorados do mundo, que sustentam essa esfera de acumulação global (STEDILE, TRASPADINI, 2011, p. 32,33).

Nesse contexto, a inserção da América Latina no cenário internacional é o de deslocar o eixo da acumulação da mais valia absoluta para a mais valia ou relativa, ou seja, que a acumulação dependa mais da capacidade produtiva do trabalho, do que a exploração do trabalhador, isso para os países centrais, já nos países periféricos é o contrário, que a exploração, ou melhor, a superexploração seja fundamental para a reprodução do capitalismo (MARINI, 2011).

Isto posto, a dependência é o “mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional” (STEDILE, TRASPADINI, 2011, p. 32), é conformação na qual os países da América Latina funcionalmente exercem na Divisão Internacional do Trabalho.

Para completar tal análise é necessário discorrer sobre o subimperialismo, que consiste na forma como empresas de alguns países da América Latina exercem em complementação com a lógica do imperialismo (STEDILE, TRASPADINI, 2011).

O importante nesta discussão é

a forma como os principais países do continente reproduzirão no interior de suas economias, e no jogo com as demais economias subdesenvolvidas, os mesmos mecanismos de dependência e exploração executados pelos capitalistas dos países desenvolvidos com relação à América Latina (STEDILE, TRASPADINI, 2011, p. 35).

Portanto, este conceito é muito importante para compreendermos como os capitalistas exercem sua influência no território latino americano e associado à superexploração, ao capital internacional e nacional se transformam em características essenciais para compensar as perdas de lucros dos empresários dos países centrais.

Logo, essas três categorias juntas formam a dialética da dependência que explica a peculiaridade e especificidade da conjuntura latino americana frente ao processo de acumulação do capital no cenário internacional. Este debate, que para alguns autores já se esgotou, está na verdade mais vivo do que nunca. E esta é a tentativa do próximo tópico, de demonstrar como a dependência ainda existe e que se acentua de forma perversa para os trabalhadores.

1.1 Vigência do debate da teoria da dependência

Na atualidade o estágio de dominação e subordinação da economia dos países periféricos se torna cada vez mais intenso ao capital internacional, seja produtivo ou financeiro. Esta situação permite um controle ainda maior do capital internacional sobre a nossa economia e uma vulnerabilidade sem tamanho as oscilações econômicas externas.

Isto decorre, como já explicitado anteriormente da nossa condição de dependência ao capital internacional e que atualmente está se intensificando e demonstrando que ao passo que os países periféricos se “desenvolvem” as contradições internas se acirram com perversidades sem tamanho para a classe trabalhadora.

No entanto, esta dependência apresenta características novas, embora o cerne do problema continue o mesmo. Estas novas formas de subordinação se dão pelo monopólio da moeda americana, já que é a moeda que circula por todas as economias; o pagamento de juros da dívida, que no Brasil e na maior parte dos países da América Latina são as maiores do mundo, a desnacionalização das empresas na qual transfere boa parte dos lucros para o país de origem.

Segundo Stedile e Traspadini

durante o processo de implementação dessa subordinação neoliberal das economias latino americanas ao capital financeiro, a América Latina transferiu, na década de 1990, nada menos do que um trilhão de dólares de sua riqueza para os centros capitalistas (2011, p. 39).

Além disso, há o imponente bélico dos Estados Unidos, controlando e mantendo suas regras aos países periféricos e quando algum país ameaça infringir qualquer uma dessas regras se utilizam de todo esse complexo militar para se manterem no controle STEDILE, TRASPADINI, 2011)..

Nesta nova etapa do capitalismo, a superexploração mais que nunca é intensificada. Temos uma gama de trabalhadores desempregados ou na informalidade, fato que hoje já se tornou estrutural, sendo estes responsáveis pelos baixos salários e pela vulnerabilidade daqueles que trabalham com carteira assinada.

As consequências para os trabalhadores em meio a toda essa insegurança

são os esvaziamentos dos espaços de luta do mundo do trabalho e da transformações dos processos revolucionários da construção do novo em meras relações de sobrevivência cotidiana. A luta pela sobrevivência diária é tão central na vida da maioria dos trabalhadores deste início de século que valores baseados na coletividade, solidariedade, sentido de pertencimento e de classe parecem ter desvanecido do ar (STEDILE, TRASPADINI, 2011, p. 42).

Nesse contexto, as políticas neoliberais exercem um papel fundamental no processo de legitimação, já que são “estratégias de regulação do sistema capitalista” (PAIVA; OURIQUES, p. 176, 2006) para uma realidade de formação social com marcos de períodos autoritários (Era Vargas) e de ditaduras militares que utilizam as políticas sociais com caráter legitimador e que “desnudem os limites das soluções reformistas e pseudo-integradoras” (PAIVA; OURIQUES, p. 176, 2006).

Além de todos estes mecanismos de controle o subimperialismo nesta nova fase é um dos elementos mais importantes para a permanência e vigência da teoria da dependência. Como exemplo, temos os blocos econômicos que se formam, a exemplo do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) que servia de base para manutenção das elevadas taxas de juros com intuito de manter as empresas que atuavam nos países como o Brasil e Argentina com vantagens em relação aos preços dos produtos (STEDILE, TRASPADINI, 2011)..

Temos também a Petrobras que utiliza das suas fusões e aquisições para manter o domínio ideológico do Brasil frente aos países da América Latina, e assim conseguir credibilidade no mercado internacional (STEDILE, TRASPADINI, 2011)..

Assim, esse novo remanejamento desses grupos corporativos nos faz

entender a lógica de como empresas transnacionais aqui instaladas podem se utilizar da nossa economia e do nosso território para ser base de expansão para outros mercados a serem controlados. Portanto, a partir do uso do nosso território exercitavam uma lógica de subimperialismo (STEDILE, TRASPADINI, 2011, p. 44).

Logo, tanto a superexploração quanto o subimperialismo exerceram e exercem um papel fundamental na relação de dependência da América Latina aos países centrais, na reprodução do sistema capitalista no âmbito internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto acima, os três pilares da teoria da dependência fundada por Marini, superexploração, dependência e subimperialismo nos permite decifrar a especificidade da produção e reprodução do sistema capitalista da América Latina.

Através dessa análise podemos “entender o esgotamento da capacidade do capitalismo latino americano de retomar o desenvolvimento de forma sustentada com distribuição de renda e expansão minimamente orgânica das forças produtivas” (SADER, 2009, p. 32).

Já que de forma desigual e combinada a expansão do desenvolvimento da economia latino americana se daria através do aumento da superexploração e do acirramento das contradições internas que desembocam no empobrecimento e na situação de miséria.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, F.H; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1970.

CARCANHOLO, M,D. **Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa: a nova CEPAL dentro do Consenso de Washington**. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10901>. Acessado em: 12/02/2014.

_____. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. . **A América Latina e os deságios da globalização**. Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores; Carlos Eduardo Martins e Adrian Sotelo Valencia (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARINI. R,M. Dialética da Dependência. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs) . 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, C,E. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. **A América Latina e os deságios da globalização**. Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores; Carlos Eduardo Martins e Adrian Sotelo Valencia (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. **A América Latina e os deságios da globalização**. Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores; Carlos Eduardo Martins e Adrian Sotelo Valencia (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PAIVA, B.A; OURIQUES, N.D. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?**. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1739>. Acesso em: 23/01/2014.

SADER, E. Ruy Mauro, intelectual revolucionário. **A América Latina e os deságios da globalização**. Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores; Carlos Eduardo Martins e

Adrian Sotelo Valencia (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

STEDILE, J.P; TRASPADINI, R. INTRODUÇÃO. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs) . 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.